



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



EM TODO O MUNDO

Nokia suprime 1700 empregos

O número um mundial dos telemóveis, a Nokia, anunciou ontem a supressão de 1700 postos de trabalho em todo o mundo, no âmbito de um plano de redução de custos cujas grandes linhas já tinham sido anunciadas.

A companhia vai iniciar conversações com os sindicatos sobre estes cortes, que fazem parte dos planos já anunciados de ajustamento à quebra da procura, indicou a Nokia, em comunicado. Das supressões de postos, 700 vão verificar-se na Finlândia, disse uma porta-voz. **“A Nokia continua a procurar reduzir custos operacionais, analisando todas as áreas e actividades da companhia”**, sublinha a Nokia.

Ex-administrador do BPN diz na Assembleia

Marta questionou Oliveira e Costa sobre opacidade

O antigo administrador do BPN declarou ontem que o ex-vice-governador do Banco de Portugal, António Marta, questionou profundamente Oliveira e Costa sobre **“opacidades”** na estrutura accionista do BPN.

José Luís Pinto da Silva, ouvido na comissão de inquérito sobre o BPN, respondeu a uma pergunta do deputado social-democrata Almeida Henriques sobre a reunião em 2003 na qual António Marta abordou problemas do banco com os administradores.

“Foi uma reunião difícil de ouvir, em que a questão nucle-



Comissão. O ex-administrador foi ouvido no Parlamento

ar era as relações accionistas/banco, a opacidade dos accionistas”, disse o antigo responsável, considerando que, de facto, **“era difícil saber quem eram os accionistas”**.

Nessa reunião, **“o ex-presidente do banco (Oliveira e Costa) foi questionado profundamente por António Marta com o resto do Conselho de Administração a ouvir”**.

“Sei que houve cartas enviadas ao Banco de Portugal que davam conta dos avanços nessa clarificação” da estrutura accionista”, disse Pinto da Silva.

«CASO BPN»

José Caprichoso recusa ir ao Parlamento

O antigo braço direito de Oliveira e Costa no Banco Português de Negócios (BPN) e na Sociedade Lusa de Negócios (SLN), José Luís Caprichoso, recusou ir falar ao Parlamento, invocando a condição de arguido do Banco de Portugal.

A presidente da comissão, Maria de Belém, informou que, em carta, a advogada afirma que Caprichoso foi constituído arguido no âmbito de um processo de contraordenação movido pelo Banco de Portugal, pelo que se recusará a prestar declarações, se os deputados insistirem em chamá-lo.



DIZ QUE NÃO PODE SER OUIDO NO PARLAMENTO

Braço-direito de Oliveira e Costa dá tampa

O antigo braço-direito de Oliveira e Costa no BPN e na Sociedade Lusa de Negócios, José Luís Caprichoso, recusou ir falar ao Parlamento, invocando a condição de arguido do Banco de Portugal. A informação foi avançada pela advogada, numa carta enviada à presidente da comissão de inquérito ao BPN.

Maria de Belém Roseira adiantou que, na carta, a advogada afirma que Caprichoso foi constituído arguido no âmbito de um processo de contraordenação movido pelo Banco de Portugal, pelo que se recusará a prestar declarações, se os deputados insistirem em chamá-lo.

No entanto, segundo a Lusa, outras pessoas, também arguidas pelo Banco de Portugal, falaram na comissão, caso de Francisco Sanches, ex-administrador da SLN.

Também em carta enviada a Maria de Belém, o ex-presidente da mesa da assembleia geral do BPN, Vítor Castro Nunes, alega o sigilo profissional para não prestar declarações na Assembleia da República.

Caprichoso detinha, segundo o deputado do BE, João Semedo, em anteriores audições, 24% da Planfin, uma empresa do grupo da SLN que prestava serviços de planeamento financeiro e que deputados afirmaram ser "a origem das *off-shores* do BPN". ■



BdP questionou estrutura "opaca" do BPN

■ O ex-administrador do BPN José Luís Pinto da Silva disse que o ex-vice-governador do Banco de Portugal (BdP), António Marta (na foto), questionou profundamente Oliveira Costa sobre "opacidades" na estrutura accionista. Já o antigo braço direito de Oliveira Costa, José Luís Caprichoso, recusou ir falar ao Parlamento, invocando a condição de arguido do BdP.

ADMINISTRADORES DO BPN DIZEM QUE SUPERVISÃO QUESTIONOU ESTRUTURA ACCIONISTA DO BANCO



Francisco Comprido (em cima)
e José Luis Pinto da Silva

Luís Caprichoso arguido

■ Maria de Belém, presidente da comissão de inquérito parlamentar, revelou ontem aos deputados ter recebido uma carta da advogada que representa Luís Caprichoso, antigo administrador da SLN e braço-direito de Oliveira e Costa, assumindo que este é arguido num processo de contra-ordenação e por isso vai exercer o direito ao silêncio sobre quaisquer questões ou actos praticados durante o

período em que esteve no BPN.

José Luís Pinto da Silva, antigo administrador do BPN, disse ontem que o ex-vice-governador, António Marta questionou Oliveira e Costa sobre a "opacidade" da estrutura accionista do BPN.

Francisco Comprido, que também foi ontem ouvido, admitiu que obteve empréstimo do Banco Insular, em 2003, por intervenção directa de Oliveira e Costa. ■ D.R.

**DIA A DIA****O inquérito
ao BPN**

A comissão de inquérito ao caso BPN está a dignificar a Assembleia da República e a classe política, independentemente das conclusões do relatório final. Na altura, a única objecção aqui feita estava na questão de se anunciar uma excessiva focalização no Banco de Portugal. Seria subverter por completo a razão de constituir uma comissão parlamentar se isso acontecesse. O caso BPN é um escândalo político muito mais relevante do que qualquer falha da supervisão dada a biografia política dos envolvidos. Nesse sentido, deve ser escrutinado politicamente, judicialmente e no que representa para o sistema financeiro, incluindo na parte que cabe à supervisão. Esclarecer tudo e tirar todas as consequências deste caso implicaria uma grave crise do regime que, como se tem visto, já abana razoavelmente pelo mero facto de ter sido preso Oliveira e Costa, de chamuscar o ainda conselheiro de Estado Dias Loureiro e ter um buraco que já bateu nos dois mil milhões de euros e não pára de crescer. Mas o seu aprofundamento é uma questão de elementar higiene política. A investigação parlamentar não prejudica a judicial e vice-versa. São planos totalmente distintos e quem tinha razão nesta matéria era Paulo Portas que, na prática, obrigou o 'centrão' a ir atrás do CDS. Haja (ainda) alguém que o faça...

EDUARDO DÁMASO
DIRECTOR-ADJUNTO

COMISSÃO PARLAMENTAR

Inquérito ao BPN pede levantamento do sigilo bancário no início de Abril

Requerimento segue para a Relação depois de recebido parecer de Nuno Piçarra

Miguel Baltazar



Maria de Belém | Presidente da comissão de inquérito à nacionalização do BPN aguarda parecer jurídico para avançar para o Tribunal da Relação de Lisboa.

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

A comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) vai avançar com o pedido de levantamento do sigilo bancário e profissional no início de Abril. Segundo adiantou Maria de Belém Roseira, presidente da comissão, ao **Negócios**, o requerimento deve dar entrada no Tribunal da Relação de Lisboa entre o final de Março e o início de Abril, depois de os deputados terem recebido e analisado o parecer jurídico solicitado para fundamentar o pedido dos deputados.

Nuno Piçarra, professor de Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, foi o jurista a quem os deputados pediram um parecer sobre o levantamento do sigilo bancário. Os argumentos do académico visam contrapor os pareceres apresentados pelo Banco de Portugal para justificar o facto de não ter disponibilizado a documentação solicitada pela comissão de inquérito.

Além da entidade de supervisão, também o próprio BPN tem alegado o sigilo profissional para rejeitar disponibilizar documentos pedidos pelos deputados. Recusas que levaram o PCP e o CDS-PP a propor o recurso aos tribunais, posição que acabou por colher o apoio do PSD e do PS. Assim, depois de receber o

parecer de Nuno Piçarra, a comissão entrará com o requerimento na relação, tornando-se o primeiro inquérito parlamentar a pedir o levantamento do sigilo bancário.

De acordo com juristas ouvidos pelo **Negócios** no mês passado, as duas instituições não podiam aceder à solicitação da comissão, apesar de esta ter poderes de investigação. Isto porque o segredo bancário só pode ser levantado por ordem judicial.

Como referiu na altura o jurista Germano Marques da Silva, na maioria dos casos, a Relação aceita uma grande percentagem dos pedidos de levantamento do sigilo que lhe são requeridos. "Em 80% a 90% dos casos, o sigilo é quebrado", afirmou o especialista em Direito Penal, admitindo que o pedido possa ser deferido caso fique claro que tal é necessário para o curso do inquérito.

Por seu turno, o jurista Diogo Leite de Campos defende mesmo que o tribunal deve deferir o requerimento desde que a comissão demonstre a "necessidade" de ter acesso aos documentos em causa para conduzir os seus trabalhos. Em Fevereiro, este jurista recordou ainda ao **Negócios** que "os tribunais levantam o sigilo com alguma facilidade quando estão em causa infracções fiscais, crimes ou outras irregularidades".

Inquérito à nacionalização do BPN está prestes a fazer o primeiro pedido de levantamento do sigilo bancário pelo Parlamento

Juristas defendem que tribunal pode aceitar pedido da comissão se ficar demonstrado que tal é necessário para o inquérito

Antigo número dois de Oliveira Costa recusa audição

O antigo número dois de José de Oliveira Costa no BPN, Luís Caprichoso, recusou ir ao Parlamento, invocando a condição de arguido nos processos de contra-ordenação abertos pelo Banco de Portugal. A informação consta da carta enviada à presidente da comissão de inquérito, noticiou a Lusa. Na missiva, a advogada afirma que Caprichoso se recusará prestar declarações se os deputados insistirem em chamá-lo. O ex-gestor tem sido referido por outros antigos administradores e quadros do BPN como um dos responsáveis que ordenava transferências do banco luso para o cabo-verdiano Insular, causando prejuízos de centenas de milhões de euros. Apesar de arguido, o antigo gestor Francisco Sanches prestou declarações no inquérito parlamentar. Já o ex-presidente da mesa da assembleia-geral do BPN SGPS, Vítor Castro Nunes, alegou sigilo profissional para não ir à comissão.



Caprichoso é o novo arguido no caso BPN

Parlamento. A antigo braço-direito de Oliveira Costa usou estatuto para falhar ida à AR

EVA CABRAL

Luís Caprichoso, antigo braço-direito de Oliveira e Costa no BPN e na Sociedade Lusa de Negócios (SLN), escreveu, através da sua advogada, à presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN alegando não poder ir depor ao Parlamento por estar na condição de arguido. Caprichoso foi administrador da SLN com o pelouro da área não financeira e da consolidação das contas do grupo.

A informação sobre a indisponibilidade de Caprichoso foi ontem dada por Maria de Belém Roseira aos deputados das várias bancadas, referiu igualmente que o jurisculto Nuno Pizarro já está a elaborar o parecer jurídico que a comissão de inquérito vai anexar ao pedido de levantamento do sigilo profissional bancário que vai entregar no Tribunal da Relação.

A comissão de inquérito ouviu

ontem um ex-administrador do BPN, José Luís Pinto da Silva, que recusa ter recebido qualquer pagamento em numerário para além do seu vencimento, adiantando mesmo estar "disponível para facultar o acesso a todas as suas contas bancárias" dizendo que as "autoridades, designadamente, a Procuradoria-Geral da República, podem ver que não recebeu nenhuma quantia". O ex-administrador do BPN incentivou, ainda, a PGR a perguntar concretamente a Meira Fernandes - que foi quem no Parlamento disse existirem pagamentos em dinheiro vivo - que esclarecesse quem recebia essas quantias em numerário.

Recordando uma reunião que António Marta, ex-vice-governador do Banco de Portugal, realizou em 2003 com todo o conselho de administração do BPN, Pinto da Silva assumiu que era "difícil saber quem eram os accionistas". Segundo o ex-quadro do BPN, o banco central "pressionou nessa reunião que se esclarecesse quem eram os accionistas". ■

DIAS LOUREIRO SEM MANDATO

Ex-presidente de fundo diz que não mandou ex-ministro para cessar negócio

O presidente do fundo que detinha uma participação numa empresa de Porto Rico, a Biometrics, Francisco Comprido, declarou ontem que não teve participação no contrato de venda desse activo em 2002, documento assinado por Dias Loureiro. "No que diz respeito aos activos que pertencem ao fundo [Excellence Asset Fund] à data deste contrato - e tenho a certeza que era presi-

dente do fundo a 22 de Julho de 2002 - eu não participei neste contrato", disse Francisco Comprido aos deputados da Comissão de Inquérito sobre o BPN.

O Excellence Assets Fund, do universo SLN/BPN, deteve 25% da empresa Biometrics de 2001 a 2003 e o documento que cessa a participação do grupo na empresa foi assinado por Dias Loureiro.



CASO BPN

Alto quadro do BPN diz não ter memória

ANA PAULA CORREIA
apc@jn.pt

O ex-administrador do fundo do BPN envolvido no negócio do Porto Rico evocou falta de memória durante toda a sua audição no Parlamento. Tanto assim, que o CDS-PP admite pedir a sua acareação com Dias Loureiro.

A reunião de ontem da comissão parlamentare foi marcada pela audição de Francisco Comprido, ex-administrador do BPN e antigo presidente do fundo imobiliário no negócio de compra e venda da empresa de Porto Rico (Biometrics), que terá causado um buraco financeiro nas contas do BPN. Às perguntas dos deputados, Francisco Comprido respondeu amiúde com a frase: "Não me recordo". A resposta causou estupefação e indignação aos deputados, o que levou o socialista Ricardo Rodrigues a lembrar que "a recusa da não participação na comissão de inquérito, sem alegação de cumprimento de sigilo, é



MÁRIO CRUZ / LUSA

Francisco Comprido causou indignação aos deputados da comissão de inquérito

crime de desobediência qualificada".

Mesmo depois da referência do deputado, Francisco Comprido reafirmou não se recordar a quem foi vendida a empresa do Porto Rico nem qual foi o valor pelo qual o fundo fez a transacção. Garantiu, no entanto, que o valor da venda não foi um euro, como está

expresso no contrato formal, na posse da comissão parlamentar. Por isso, argumentou, "quem faz grandes negócios não se recorda dos bem sucedidos". Argumentou ainda que "não houve mais-valias nem menos-valias" no negócio, que se iniciou com a compra da empresa por 35 milhões de dólares. Esta afirmação contraria a in-

formação, que consta do processo que levou à nacionalização do BPN, segundo a qual o negócio contribuiu decisivamente para o buraco financeiro.

Perante a falta de memória do negócio de Porto Rico, alegada pelo ex-administrador, incómodo dos deputados era notório. Nuno Melo, do CDS-PP, admitiu mesmo vir a pedir a acareação de Francisco Comprido com Dias Loureiro, ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios.

Em carta enviada à presidente da comissão parlamentar de inquérito, Maria de Belém, a advo-

Luís Caprichoso, antigo braço direito de Oliveira e Costa, foi constituído arguido e não foi à AR

gada de Luís Caprichoso, homem de confiança de Oliveira e Costa, fundamentou ontem a recusa de o seu constituinte colaborar com os deputados com o facto de aquele ser arguido em consequência de contra-ordenações emitidas pelos Banco de Portugal. A audição de Luís Caprichoso era aguardada com muita expectativa por parte dos deputados, uma vez que o nome do "braço-direito" de Oliveira e Costa foi diversas vezes citado por outros deponentes na comissão. ■